

Governo culpa desmatamento pela malária

O secretário nacional de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, confirmou ontem, em Manaus, que os desmatamentos geram forte pressão para o crescimento da malária no Amazonas e em Rondônia.

Os dois Estados são responsáveis por 77% dos casos da doença registrados na Amazônia Legal, em 2003. De 2002 para 2003, a região da Amazônia Legal registrou aumento de 15,3% nos casos.

No Amazonas, 40% dos casos ocorrem em Manaus, onde florestas são derrubadas para dar lugar a favelas. A capital é a campeã de casos de malária no país -a cada cinco casos, um ocorre na cidade.

Em Rondônia, os desmatamentos se concentram em seis municípios, responsáveis pela exploração ilegal de madeira, entre eles Buritis, onde registra-se 33% das ocorrências de malária no Estado.

Segundo especialistas, o mosquito anofelino, conhecido como "prego" ou "sovela", tem na floresta amazônica seu ambiente natural. A derrubada de árvores e o represamento de rios e igarapés favorecem a proliferação do mosquito, que usa água parada e limpa para se reproduzir.

As alterações ambientais provocaram a dispersão do mosquito para as áreas urbanas. O ciclo de transmissão começa quando um mosquito pica uma pessoa contaminada. "Toda vez que são feitas ações de desenvolvimento econômico sem levar em conta a sustentabilidade ambiental, que se desmata, que milhares de famílias são transferidas sem infraestrutura, a gente tem uma forte pressão pela produção de malária", afirmou Jarbas Barbosa.

Ele abriu ontem em Manaus a 4ª Reunião do Programa Nacional de Controle da Malária, da qual participam secretários da Saúde do Norte e técnicos do Ministério da Saúde. O objetivo é avaliar os índices da malária na Amazônia Legal e apontar estratégias de controle, considerando as condições sociais, climáticas e ambientais de cada Estado.

Segundo Barbosa, durante a reunião, que acaba amanhã, vão ser debatidas as metas para o combate da malária e modo como serão gastos os recursos. Para este ano, o ministério garantiu R\$ 60 milhões adicionais no orçamento.